

A União Faz a Força

António Monteiro
Embaixador

A adesão de Portugal às então Comunidades Europeias, consumada a 1 de Janeiro de 1986, constituiu um marco central na história de Portugal, tanto pelo impacto que provocou nas estruturas políticas, económicas e sociais do país, como pelos esforços que este foi chamado a envidar para se aproximar dos padrões comunitários.

O balanço dos vinte anos da nossa entrada para o espaço comum europeu é reconhecidamente positivo: a opção europeia recolhe hoje o apoio de uma ampla maioria da classe política e da opinião pública nacional. Trata-se, tal como tem vindo a ser reiteradamente afirmado pelos nossos responsáveis políticos, de uma opção vencedora, que abriu caminho à consolidação democrática, à estabilidade política e a um crescimento económico e social sem precedentes do país. Não cabe, aqui, enunciar um catálogo exaustivo das inúmeras vantagens que o processo de integração europeia trouxe para Portugal e para os seus cidadãos. Destacaria, assim, alguns factos e feitos mais marcantes a nível económico, social, cultural e político.

No campo económico, os números falam por si. Assistimos nas duas últimas décadas a um período ímpar de crescimento, de estabilidade económica e de prosperidade, marcado pela evolução positiva do PIB *per capita* (que passou de 57% em relação à média europeia de uma UE a 15, em 1986, para 75,1% em relação à média europeia de uma UE a 25 e de 69,2 à UE a 15), pela redução da inflação e das taxas de juro, pela intensificação do investimento estrangeiro, pela diminuição do défice orçamental e pelo aumento significativo da produtividade.

Ainda neste contexto, o objectivo do mercado interno, alicerçado nas chamadas “quatro liberdades”, representou uma oportunidade única para o país, não só pelas portas que abriu à nossa economia e aos nossos consumidores mas também pela aproxi-

mação aos padrões comunitários que nos obrigou a realizar. Tratou-se de um esforço imenso de renovação, modernização e, alguns casos, de criação *ex nihilo* de estruturas aptas para obedecer aos requisitos de exigência ditados pelas normas comunitárias. Evoluímos e aperfeiçoámos o nosso dispositivo legal nos mais variados domínios, da protecção do ambiente e dos recursos naturais à defesa dos consumidores, passando pela fiscalidade, concorrência, produção industrial e agricultura.

A introdução da moeda única, a 1 de Janeiro de 2002, constituiu mais um ponto de viragem fundamental no aprofundamento do projecto europeu, tanto na esfera económica como política, com as divisas nacionais a serem substituídas pelo euro. Portugal não falhou essa etapa da construção europeia e fez parte do grupo fundador da nova moeda. O percurso feito no sentido do cumprimento integral dos critérios de convergência contribuiu de forma decisiva para a construção de uma política económica equilibrada, com o controlo das despesas públicas e da inflação e com a descida das taxas de juro. A estes esforços bem sucedidos vieram acrescer as vantagens que a pertença à zona euro comportam. Para além da possibilidade de circular em todo o território da União Europeia sem ter de trocar as moedas, o euro trouxe às economias dos doze Estados que o partilham uma credibilidade acrescida, tendo passado a inserir-se num espaço económico mais estável, dotado de oportunidades acrescidas de investimento estrangeiro. Pudemos ainda gozar de uma maximização dos benefícios trazidos pelo mercado interno (tais como a eliminação das flutuações ligadas às taxas de câmbio e dos vários custos de transacção relacionados com a gestão e a troca de divisas nacionais), de uma transparência dos preços e de uma concorrência reforçada.

É preciso não esquecer, também, o papel central desempenhado pela política de coesão económica e social, que contribuiu largamente para a redução do atraso que a estrutura económica portuguesa apresentava em relação aos padrões comunitários. Graças a esses recursos financeiros, pudemos investir na modernização de sectores centrais tais como a indústria, o comércio, os transportes e comunicações, as infra-estruturas básicas e a qualificação dos recursos humanos. O exemplo mais frequentemente citado desta evolução positiva é o das acessibilidades, tendo nós passado de 240 km de auto-estrada em 1985, para 2390 em 2005.

Falar do balanço da adesão portuguesa implica, ainda, falar da dimensão de cidadania europeia que veio, sobretudo após a solenização dos respectivos direitos em Maastricht, complementar - e não substituir - a cidadania nacional. Actualmente, todo o cidadão europeu pode livremente circular, trabalhar e residir na União Europeia.

Pode ainda eleger e ser eleito nas eleições autárquicas e nas eleições para o Parlamento Europeu em qualquer Estado membro em que resida.

Esta nova dimensão de cidadania foi realçada pelos progressos que se têm vindo a registar na construção de uma Europa da cultura e da educação. Quantos estudantes universitários europeus não ouviram falar do programa ERASMUS? Até à data, mais de 31000 estudantes portugueses estudaram no estrangeiro ao abrigo deste programa que, na totalidade do espaço europeu, já envolveu mais de um milhão de jovens europeus. Mas para além desta face mais visível do intercâmbio de culturas e de experiências, estão em vigor outros programas comunitários que também fornecem um importante contributo para a paulatina formação de uma identidade e de uma consciência europeias. Trata-se, entre outros instrumentos, do programa COMETT - destinado à educação e formação no domínio das tecnologias - e LINGUA - fomento da aprendizagem das línguas estrangeiras. Neste âmbito, é de destacar a directiva que visa instaurar um sistema de reconhecimento mútuo dos diplomas de ensino superior (exceptuando-se os que implicam o exercício de prerrogativas de autoridade pública), elemento-chave na consolidação de um espaço integrado no domínio educativo e cultural.

Finalmente, uma breve referência à consolidação de um espaço de liberdade, segurança e justiça na União Europeia. Dentro do enquadramento fornecido por Tampere, têm-se registado progressos em domínios tão diversos quanto a cooperação policial, aduaneira e judiciária, asilo, imigração e controlo das fronteiras externas. Com efeito, acontecimentos recentes ilustraram bem a imprescindibilidade de uma abordagem europeia comum na regulação de fenómenos que ultrapassam as fronteiras nacionais, tais como a gestão dos fluxos migratórios - nomeadamente na vertente da imigração ilegal - o terrorismo ou a criminalidade organizada.

A esses ganhos de cariz económico, social e cultural juntam-se os políticos, talvez menos palpáveis mas igualmente importantes. A integração de Portugal na esfera europeia permitiu-lhe adquirir um peso acrescido e uma voz mais activa na cena internacional, ajudando a ultrapassar uma certa tendência para o isolamento e dando à sua política externa um novo ímpeto de abertura ao mundo, facilitado pela sua integração num espaço político coeso.

Esse peso reflectiu-se na condução dos assuntos externos, tendo a pertença de Portugal à União prestado um valioso contributo para o papel central que veio a desempenhar no processo de independência de Timor Leste e na construção da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, para citar dois casos paradigmáticos. Na realidade,

gerou-se uma relação de valorização e enriquecimento recíprocos já que a União também teve a ganhar com as relações privilegiadas que Portugal mantém com outros espaços geográficos, com destaque para África, Mediterrâneo e América Latina. A postura activa que assumimos no seio da União, sempre empenhados em assegurar a nossa participação em todas as vanguardas que promoveram o aprofundamento da integração - de Schengen à Moeda Única - veio consolidar a nossa posição no xadrez europeu.

Mas tão relevante quanto o balanço objectivo que fazemos do nosso percurso na União é encontrar formas de comunicar aos cidadãos os benefícios que aquela lhes traz na sua vida quotidiana. Como Jean Monnet afirmava já em 1952: "Não coligamos Estados, unimos homens". E é isso mesmo que está em jogo: unidos que estão os Estados, cabe agora conquistar os cidadãos, que são, na realidade, os verdadeiros destinatários da integração europeia.

Num momento em que crise é a palavra de ordem na cena europeia e em que pairam incertezas sobre o futuro do Tratado Constitucional, torna-se essencial construirmos pontes entre a Europa e os seus cidadãos, de forma a eliminar o actual alheamento que estes ressentem em relação aos assuntos europeus. E como fazê-lo? Desde logo, tomando em devida consideração que as estruturas europeias, pela distância física que as separam dos nossos cidadãos e pelo desconhecimento que estes têm sobre elas, são fonte de desconfiança. Daí que a simples aposta num maior esclarecimento dos cidadãos quanto às competências e ao funcionamento dessas estruturas constitua um passo salutar para evitar que a Europa pague a factura de fenómenos que lhe não são imputáveis, tais como as consequências da globalização. A Comissão Europeia, na sua comunicação ao Conselho Europeu de Junho passado, aponta aliás o paradoxo segundo o qual é precisamente no momento em que mais precisamos de uma União Europeia activa e fortalecida para gerir os novos desafios globais - que não se compadecem com acções isoladas dos Estados - que o projecto europeu mais é posto debaixo de fogo.

Se as instituições europeias - nomeadamente a Comissão com a sua política dos três D's, Democracia, Diálogo e Debate - têm feito a sua parte na divulgação e melhor conhecimento da Europa, das suas instituições e do funcionamento - cabe igualmente a cada Estado membro contribuir para esse desiderato. As iniciativas tomadas em Portugal para levar o debate a todo o país enquadraram-se precisamente nessa orientação e, esperemo-lo, darão contributo significativo a um maior e melhor conhecimento dos assuntos europeus.

Trata-se de desfazer ideias feitas mais correntes sobre o projecto europeu, no topo das quais se encontram o défice democrático, a falta de transparência e o excessivo cinzentismo e peso burocrático da máquina comunitária.

Julgo ainda que seria da maior relevância dar o devido realce à subsidiariedade enquanto princípio regulador do exercício das competências da União. Muitas críticas relativas à excessiva ingerência da esfera europeia no dia-a-dia dos cidadãos seriam certamente poupadas caso estes últimos fossem devidamente esclarecidos quanto ao alcance e aos efeitos práticos da subsidiariedade.

Finalmente, um maior envolvimento dos parlamentos nacionais – tal como o preconizado no projecto de Tratado Constitucional em que estes são dotados de um maior poder de intervenção, nomeadamente através de um mecanismo de alerta precoce destinado a controlar a subsidiariedade e o seu princípio “irmão”, a proporcionalidade – poderia igualmente prestar o seu contributo para uma reconciliação dos cidadãos com o projecto europeu.

No que respeita, em particular, ao caso português, há que procurar fortalecer o amplo consenso que o processo de integração europeia tem gerado entre a generalidade do espectro político nacional aos cidadãos. A atitude positiva dos portugueses perante a recente vaga de alargamento da União Europeia e o imperativo ético e estratégico que esta representava comprova bem que partilham os ideais de solidariedade e unidade subjacentes ao projecto europeu. Falta agora que a União imprima à sua acção um rumo que corresponda às suas expectativas, para que os portugueses sintam que a Europa caminha ao encontro deles.

Um estudo recente do eurobarómetro demonstra que as principais preocupações dos portugueses correspondem, grosso modo, às dos cidadãos dos restantes Estados membros. No topo dessas prioridades encontram-se preocupações de ordem sócio-económica, tais como o emprego, os efeitos da globalização, nomeadamente em termos sociais, a segurança externa e interna e a liberdade de circulação dos trabalhadores. É precisamente nessas áreas que a União tem procurado apostar.

A reconciliação dos cidadãos com a União Europeia deverá passar pelo fomento de um conhecimento mais aprofundado das suas estruturas e dos seus mecanismos, bem como pelo reforço da sua acção, através de projectos concretos, nas áreas acima referidas, que coincidam com os anseios reais da população europeia. Está em jogo, retomando a expressão utilizada pela Comissão Europeia, a “construção de um novo projecto cidadão”. Uma construção que continua a ser balizada pela visão dos pais fundadores do projecto europeu. Como Robert Schuman tão bem expressou na sua

declaração de 9 de Maio de 1950, “a Europa não se fará de uma só vez, nem numa construção de conjunto: far-se-á através de realizações concretas, criando antes de mais uma solidariedade de facto”.